

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 511-A, DE 2006
(Do Senado Federal)

Altera o art. 62 da Constituição Federal
para disciplinar a edição de medidas
provisórias.

EMENDA Nº _____
(Do Sr. Roberto Magalhães)

Art. 1º. Dê-se ao § 6º do art. 62 da Constituição Federal, constante do art. 1º da PEC nº 511, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 62.

.....

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência e será incluída, subseqüentemente, na pauta de cada uma das Casas do Congresso Nacional, sem sobrestamento das demais deliberações legislativas.

.....” (NR)

Art. 2º Dê-se ao § 2º do art. 64, da Constituição Federal a seguinte redação:

“Art. 64.

.....

§ 2º Se, no caso do § 1º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa.

.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

Em razão das infindáveis medidas provisórias encaminhadas pelo Poder Executivo, a pauta de votações das duas Casas do Congresso Nacional tem sido recorrentemente sobrestada, impedindo ao Parlamento o exame de quaisquer outros temas que não os determinados pelo Presidente da República.

A presente emenda pretende, portanto, resgatar a autonomia e o poder de iniciativa do Parlamento, que tem atuado como mero revisor das decisões do Poder Executivo. A alteração constitucional que ora se propõe permitirá, de fato, ao Legislativo escolher a melhor oportunidade para examinar as matérias de interesse da Nação, vez que dá fim ao sobrestamento das pautas das duas Casas.

Já a nova redação sugerida ao § 2º do art. 64, da CF, visa excluir a expressão original "*com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação*". Essa providência é indispensável porque, do contrário, se estabeleceria um conflito entre a revogação do "sobrestamento de pauta" que se busca abolir com tal ressalva, vez que medida provisória tem prazo constitucional determinado para ser apreciada.

Sala da Comissão, em de de 2008.

**ROBERTO MAGALHÃES
DEM/PE**